

Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas - MG

Daniel Calbino¹
Iran Borges²
Luis Andrade³
Caroline Abreu⁴
Fernanda Gonçalves⁵

Resumo

As hortas comunitárias urbanas têm alcançado significativo avanço no Brasil enquanto alternativas de desenvolvimento local. Um exemplo é a realidade das hortas de Sete Lagoas (MG), que possuem um histórico de aproximadamente 33 anos. Neste contexto, o trabalho propõe discutir os avanços e desafios das hortas de base agroecológica no município, por meio de um estudo de caso. Os resultados da pesquisa apontam para uma política pública que possibilita geração de renda para os produtores, aumento do abastecimento e segurança alimentar da região. Porém, destaca-se a necessidade de maior apoio para lidar com a limitação de conhecimentos técnicos dos produtores, bem como a importância de relações interpessoais mais solidárias. Apesar dos desafios lançados, sustenta-se que os resultados da pesquisa indicam que o fomento às políticas públicas de agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, apresenta-se hoje como um estratégico mecanismo de incentivo às economias locais.

Palavras-chave: Hortas Comunitárias. Agricultura Urbana. Estudo de caso.

Abstract

The urban community gardens have achieved significant progress in Brazil as local development alternatives. An example is the reality of Sete Lagoas, Minas Gerais, which the gardens have a history of about 33 years. In this sense, the work proposed to discuss the progress and challenges of agroecological gardens in the city, through a case study. The results pointed to a successful public policy that enabled the generation of income for producers; increasing the supply and food security in the region. As its limitations were placed the need for greater support to deal with the limitation of technical expertise of the producers; the importance of encouraging more supportive interpersonal relationships. Despite the challenges posed, it is argued that the results of the research indicate that the promotion of urban agriculture public policies through community gardens is now a strategic incentive mechanism for local economies.

Keywords: Community Gardens. Urban Agriculture. Case study.

1 Introdução

O cultivo de hortaliças nas áreas urbanas tem tomado um impulso, nas últimas décadas, na América Latina, como estratégia alternativa de geração de renda para as camadas excluídas da sociedade. No Brasil, a agricultura urbana começou a ter grande ênfase com o apoio de governos e instituições locais (COUTINHO; COSTA, 2011; CASTELO BRANCO; ALCÂNTRA, 2011; SERAFIM; DIAS, 2013).

¹ Doutor em Administração. Professor da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) - Campus Sete Lagoas. dcalbino@ufsjeu.br

² Doutor em Agronomia. Professor da UFSJ - Campus Sete Lagoas. iranb@ufsjeu.br

³ Discente do curso de Engenharia Agrônômica da UFSJ. luisandrade@ufsjeu.br

⁴ Discente do curso de Engenharia Agrônômica da UFSJ. carolabreu@ufsjeu.br

⁵ Discente do curso de Engenharia Agrônômica da UFSJ. fernandagl@ufsjeu.br

Especificamente a partir do início do século XXI, o apoio às hortas comunitárias urbanas se intensificou, e elas passaram a fazer parte de políticas públicas, sendo que algumas dessas iniciativas tornaram-se, inclusive, referência em modelos de possibilidades de desenvolvimento local (ARRUDA; ARRAES, 2011; CASTELO BRANCO; ALCÂNTRA, 2011).

Mais do que uma alternativa econômica, o modo organizacional desse tipo de iniciativa geralmente se baseia em princípios agroecológicos, cujo intuito é promover a sustentabilidade das práticas e manejos dos agroecossistemas, preservação da biodiversidade e implicação do desenvolvimento de um processo social (ALTIERI, 1998; 2002; GLIESSMAN, 2001).

Um exemplo é a realidade das hortas comunitárias do município de Sete Lagoas (MG), que possuem um histórico de aproximadamente 33 anos, sendo referência nacional não só pelos resultados econômicos gerados, mas também pelas questões sociopolíticas, pela biodiversidade e saúde alimentar que trouxe para as pessoas envolvidas (CARVALHO, 2006; PAULA, 2011).

É neste contexto que o trabalho propõe discutir, enquanto estudo de caso, os avanços e desafios das hortas comunitárias de base agroecológica no município de Sete Lagoas (MG). Justifica-se a relevância deste tema pelo exemplo considerado de expressividade no campo da agricultura urbana, o qual merece maior análise.

Em termos estruturais, além da presente introdução, o texto encontra-se dividido nas seguintes partes: referencial teórico do texto, momento em que será realizada uma revisão da literatura sobre agricultura urbana, hortas comunitárias e suas particularidades no contexto agroecológico; metodologia, onde serão apresentados os percursos do estudo, baseados em dados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada com os produtores locais de Sete Lagoas. Em seguida, serão discutidos os resultados do estudo, com o intuito de apontar os avanços e desafios a serem superados no contexto das hortas urbanas.

1.1 Agricultura urbana e seus pressupostos agroecológicos

A agricultura urbana tem por definição a sua prática no interior ou na periferia de uma localidade, cultivando, produzindo, processando e distribuindo uma diversidade de produtos alimentícios, utilizando os recursos humanos e materiais encontrados dentro ou ao redor da área urbana (MOUGEOT, 2000; ARRUDA; ARRAES, 2011).

Uma breve retomada histórica da agricultura urbana aponta que, a partir de 1980, na América Latina, África e Ásia, o cultivo de hortaliças nas áreas urbanas teve um grande impulso, sendo visto como uma estratégia à sobrevivência das populações mais pobres que foram atingidas pela crise econômica (MAXWELL, 1995; BRYLD, 2003). Especificamente no início do século XXI, o apoio às hortas urbanas no Brasil passou a fazer parte da política nacional de redução da pobreza, obtendo a garantia alimentar para centenas de famílias incluídas em iniciativas como o Programa Nacional de Agricultura Urbana (CASTELO BRANCO; ALCÂNTRA, 2011).

Uma vantagem dessa forma de agricultura é a sua realização geralmente em pequenas áreas, cuja produção é destinada, sobretudo, para consumo próprio e para a venda, em pequena escala, em mercados locais. Pratica-se principalmente o cultivo em quintais, terraços,

pátios, ou ainda em hortas comunitárias – espaços comunitários ou espaços públicos não urbanizados e cedidos especificamente para esse fim (MOUGEOT, 2000). Atualmente, tem havido também forte interesse econômico em torno de atividades agrícolas especializadas em produtos que se movem por outra lógica organizacional.

É neste sentido que a busca por formas de agricultura menos danosas ao ambiente e que podem abranger a inserção social de produtores populares, faz referência a formas de cultivos alternativos, ligados aos conceitos da agroecologia (CARPORAL; AZEVEDO, 2011).

Apesar das variadas definições de agroecologia, há um consenso quanto à ideologia da sua expressão, sendo vista como uma ciência transdisciplinar, formada por uma base teórica e metodológica, com intuito de promover a sustentabilidade das práticas dos agroecossistemas, preservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico (ALTIERI, 1998; 2002; GLIESSMAN, 2001; NODARI, GUERRA, 2015).

Recentemente, observa-se também a ênfase na integração de novas dimensões analíticas da agroecologia para além das técnicas de cultivo alternativo. Passam-se a adotar conceitos baseados na antropologia rural, associando a importância das próprias culturas e relações solidárias entre os produtores como uma das dimensões fundamentais da agroecologia (CARPORAL; AZEVEDO, 2011).

A prática agroecológica pode ser considerada especialmente apropriada para o entorno da agricultura urbana, posto que se caracteriza como um instrumento de viabilização da agricultura em pequena escala, em regime de administração familiar. Além disso, o compromisso de manter a biodiversidade dos agroecossistemas possibilita, ao mesmo tempo, o aumento de renda dos produtores ao agregar valor aos produtos (AQUINO; ASSIS, 2007).

1.2 Contribuições e avanços das hortas comunitárias para a sociedade

A agricultura urbana no Brasil manifesta-se também em hortas comunitárias urbanas e tem trazido vários benefícios para os produtores e comunidade de um modo geral. Os estudos de Aquino e Assis (2007), Hirata (2010), Leme e Pimentel (2011) e Istan *et al.* (2015) apontam primeiramente para significativos retornos econômicos gerados às famílias de produtores que possuem dificuldades de inserção no mercado formal.

Do ponto de vista econômico, a pequena produção tem contribuído para a renda familiar através da diminuição dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e, eventualmente, da transformação e comercialização de excedentes de produção (AQUINO, ASSIS; 2007; HIRATA, 2010). Da mesma forma, a crescente conscientização da população quanto à alimentação saudável e com menor uso de agroquímicos tem criado um novo nicho de mercado, agregando valor e fortalecendo o mercado de alimentos gerados a partir das agriculturas de base ecológica (LEME; PIMENTEL, 2011; ISTAN *et al.*, 2015).

Um segundo aspecto favorável envolve a melhora na sociabilidade da comunidade local. Segundo os estudos de Hirata *et al.* (2010), Serafim e Dias (2013), em muitas regiões, os terrenos públicos e ociosos permanecem com matagal, sendo utilizados ainda para despejo de lixos. Com a implantação das hortas comunitárias nesses terrenos, os locais passam a ser iluminados e bem cuidados. Além do reaproveitamento de espaços ociosos, os materiais

também são reutilizados: entulhos de terrenos baldios podem servir de contenção de pequenas encostas e canteiros, deixando os locais mais limpos e diminuindo a proliferação de vetores (LEME; PIMENTEL, 2011).

Outro aspecto favorável da produção agrícola nos espaços urbanos é a condução de melhores hábitos alimentares, sobretudo por se evidenciar a relação entre alimentação e saúde. Observou-se que a produção e comercialização de verduras e legumes beneficiam não apenas às famílias envolvidas com a horta, como também as residentes no entorno da unidade, que geralmente passam a consumir mais alimentos isentos de agrotóxicos (AQUINO; ASSIS, 2007; SERAFIM, DIAS; 2013, ISTAN *et al.*, 2015).

Do ponto de vista psicossocial, os estudos de Leme e Pimentel (2011), Dambrós e Miorin (2011) indicam que, como grande parte dos praticantes das hortas comunitárias são aposentados e começaram a plantar, para passar o tempo e obter uma renda complementar, a nova ocupação contribui para o fortalecimento da identidade e melhora da autoestima.

Destaca-se, ainda, que a atividade beneficia o meio urbano do ponto de vista ambiental, na medida em que, além de gerar áreas verdes, favorece a melhor infiltração das águas da chuva e viabiliza a reciclagem de resíduos, indicando a importância de políticas públicas para o incremento da atividade agrícola na zona urbana e conseqüente aumento de seus benefícios sociais e ambientais (AQUINO; ASSIS, 2007; LEME; PIMENTEL, 2011).

1.3 Limites e desafios das hortas comunitárias urbanas

Apesar dos avanços das políticas de incentivo às hortas comunitárias urbanas, aparecem também alguns limites e desafios a serem superados. Um deles, apontado por Serafim e Dias (2013), envolve a política que determina a utilidade do território referente às hortas comunitárias. Geralmente, por se tratar de programas de governos, os terrenos utilizados para a implantação são vistos como espaços de uso transitório, cedidos ao programa. Essa incerteza sobre a permanência e a durabilidade de uma unidade de horta acarreta uma instabilidade quanto à sua continuidade. Conseqüentemente, tendo em vista que os participantes da horta não possuem titularidade da terra, muitas vezes não podem requerer determinados auxílios, como o acesso aos programas de financiamento.

Ressalta-se também o que Hirata *et al.* (2010) e Leme e Pimentel (2011) apontam como a limitação de conhecimentos técnicos por parte dos produtores para lidar com o uso racional da água, o melhoramento dos métodos de comercialização dos produtos, o combate à incidência de pragas e doenças nas culturas. Além disso, em muitos casos, esta dificuldade não é superada, pois a baixa assistência técnica dos órgãos de apoio situa-se como um dos principais limitadores (CASTELO BRANCO; ALCANTRA, 2011).

Outro problema se refere ao risco de contaminação na produção dos alimentos, seja pelo não controle do uso de agrotóxicos, seja pela contaminação da água usada para a irrigação. Os solos utilizados para o plantio podem ainda estar sujeitos à contaminação por organismos patogênicos e metais pesados, principalmente as áreas localizadas nas proximidades de rodovias e indústrias (AQUINO; ASSIS, 2007).

Também devem ser consideradas as dificuldades referentes às questões culturais e sociais que envolvem os produtores familiares. Geralmente, por se tratarem de hortas comunitárias, a demanda por relações cooperativistas e baseadas em uma cultura de responsabilidade se apresenta como fundamental para a sua sustentabilidade. No entanto, Melo e Calbino (2015) apontam que o traço cultural marcado pela reprodução do assistencialismo, da subordinação, do clientelismo, mostra uma barreira para a lógica solidária entre os envolvidos.

Segundo os autores, o fraco laço solidário entre os produtores compromete a capacidade de organização das associações, o que implica dificuldades de comercialização coletiva. No mesmo sentido, a não articulação coletiva permite a presença de atravessadores no processo, os quais ganham com a compra e a revenda dos produtores.

Concluindo, Castelo Branco e Alcantara (2011) avaliam que as principais dificuldades encontradas nas hortas urbanas do Brasil sugerem que o sucesso desses projetos parece depender mais da organização comunitária e da decisão política de apoiá-los do que propriamente da disponibilização de tecnologias agrícolas.

3 Metodologia

A natureza da pesquisa se classifica como estudo de caso, que, conforme aponta Roesch (1999), possibilita um aprofundamento a respeito de um fenômeno de acordo com o contexto no qual ele se insere. O estudo de caso mostra-se vantajoso na medida em que é possível fazer tanto uma análise mais ampla, quanto enfatizar determinadas áreas e aspectos situacionais. No presente artigo, o estudo analisa as hortas comunitárias de Sete Lagoas, que é uma cidade com um expressivo sucesso na agricultura urbana, mantendo hortas comunitárias enquanto política pública há mais de 33 anos (CARVALHO; TEIXEIRA; FRANÇA, 2009).

No que se refere às técnicas de coleta de dados, foram utilizadas pesquisas documentais em artigos, dissertações e matérias jornalísticas em que as experiências das hortas comunitárias de Sete Lagoas eram relatadas. Recorreu-se também à utilização de dados primários de uma pesquisa quantitativa realizada em Sete Lagoas no primeiro semestre de 2014, por meio de um censo com os produtores das hortas comunitárias. Nessa pesquisa, foram aplicados questionários a 167 produtores das sete hortas comunitárias do município. Para tabulação e análise dos dados, fez-se o uso software IBM SPSS Statistics.

Por fim, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com os produtores e observação direta nas hortas comunitárias, no segundo semestre de 2015. A entrevista semiestruturada pode ser definida como a técnica que busca a produção de dados e de informações por meio de um roteiro com perguntas norteadoras; possibilitando, todavia, novos questionamentos durante a investigação (GIL, 2006). Deve-se ressaltar que, respeitando princípios éticos na pesquisa com humanos, optou-se por suprimir os nomes dos envolvidos durante a descrição e a análise dos resultados.

4.1 Histórico das hortas comunitárias de Sete Lagoas

A história das hortas comunitárias em Sete Lagoas surge no início da década de 1980, numa região de perfil industrial, que se caracterizava por períodos de elevada contratação de funcionários para a produção, seguida de demissões em massa, quando diminuía a economia (CARVALHO; TEIXEIRA; FRANÇA, 2009).

Em um desses períodos de crise, e com o objetivo de gerar emprego para a comunidade local, surge, em 1982, a primeira horta comunitária do município, que contou com a participação inicial de 35 famílias, e financiada pela prefeitura municipal em parceria técnica com a Emater. Com o aumento de famílias carentes interessadas em participarem do programa, a prefeitura ampliou a iniciativa para outros bairros periféricos da cidade.

Desse modo, no ano de 1984, o projeto das hortas urbanas expandiu-se para o bairro Vapabuçu, chegando a agregar aproximadamente 97 famílias em um terreno particular, sob contrato de comodato com a prefeitura municipal. A terceira horta comunitária foi inaugurada em 1997, no bairro Nova Cidade, e contou com a participação de sessenta famílias. Os canteiros se localizavam em uma área inutilizada, embaixo das redes de transmissão da CEMIG. Em 1998, devido à expansão demográfica e à necessidade de construir novas avenidas, a horta do Manoa foi extinta. Neste mesmo ano, surgiu a horta do bairro JK, que recebeu parte das famílias da horta do Manoa, ficando com 73 famílias. O restante foi transferido para a horta do bairro Vapabuçu (CARVALHO, 2006; PAULA, 2011).

Em 2001, foi criada a horta comunitária Cidade de Deus, em um terreno cedido pela prefeitura, com aproximadamente 32 famílias inscritas. Logo depois, em 2004, surge a horta São Paulo, com doze famílias beneficiadas, e, em 2006, a horta Montreal/Canadá, com 55 famílias, e a horta Barreiro, com 24 famílias. Uma pesquisa realizada pela EMATER-MG, no ano de 2006, mostra a evolução do número de famílias nas hortas, conforme a figura abaixo.

Quadro 1 - Evolução do número de famílias nas hortas

Ano de Fundação	Nome do Bairro	Nº. famílias *	Nº. Quadras
1982	Manoa	35	***
1984	Manoa	90	90
1984	Vapabuçu	97	143
1986	Manoa	116	***
1997	Nova Cidade	60	66
1998	JK	73	72
2001	Cidade de Deus	42	40
2004	São Paulo	12	12
2006	Montreal/ Canadá	55**	60
2006	Barreiro	24**	40

Fonte: Carvalho (2006).

Em termos gerenciais, todas as hortas são instaladas em lotes vagos, cuja área passa por um levantamento topográfico e a fertilidade do solo é analisada. A prefeitura disponibiliza o cercamento da área, água tratada, com reservatório e sementes para a primeira produção. No

local, pode ser perfurando um poço artesiano e construído um depósito de água para o abastecimento de toda horta.

Depois da preparação do solo, são construídos tanques de alvenaria para cada duas quadras, alambrado protetor da horta e levantados os canteiros, que medem 1 metro de largura e 15 a 20 cm de comprimento, espaçados em 50 a 60 cm. Para ser admitida no projeto, a família passa por uma avaliação, que inclui entrevista com assistente social e emissão de laudo para a prefeitura. Após aprovação, cada família obtém uma área individual de 360 metros quadrados, denominada quadra, que não pode ser emprestada ou alugada (CARVALHO; TEIXEIRA; FRANÇA, 2009). A prefeitura disponibiliza cercamento da área, água tratada com reservatório e sementes para a primeira produção. Podem ser plantadas quaisquer hortaliças e leguminosas, porém sem o uso de agrotóxicos.

4.2 Vantagens e contribuições das hortas comunitárias de Sete Lagoas

Os resultados das hortas comunitárias de Sete Lagoas, sob os pontos de vista econômico e da geração de renda, assemelham-se às implicações empíricas registradas nos estudos de Aquino e Assis (2007), Hirata (2010), Leme e Pimentel (2011) e Istan *et al.* (2015) em outras cidades. Observou-se que, nas três décadas de sua implementação, as hortas têm sustentado a geração de renda para mais de 350 famílias que vivem essencialmente de sua produção e obtêm, em média, de um a dois salários mínimos por mês. Porém há exceções, já que alguns produtores chegam a obter até R\$3.500 mensais.

Observou-se também que os saldos econômicos gerados pelas hortas permitem que os agricultores mantenham suas famílias, com os filhos nas escolas, paguem o INSS e até adquiram automóveis e casas. Um mapeamento quantitativo, realizado sobre o perfil socioeconômico dos produtores, no ano de 2015, apontava que 90% deles possuíam casa própria.

Outra vantagem econômica para cidade do incentivo às hortas é o custo médio por quadra, estimado em R\$ 1.200,00 por ano, o que aponta ser mais rentável investir na manutenção das hortas comunitárias do que na busca por outras fontes de assistência que garantam renda para tantas famílias, conforme indica o agrônomo Aroldo, da prefeitura (trecho das entrevistas conversacionais livres, 2015).

Ressalta-se também a ênfase no seu caráter agroecológico, haja vista que os produtores são orientados a cultivar diversas verduras, legumes e plantas medicinais, mantendo certos cuidados quanto à segurança na produção desses alimentos, priorizando a sustentabilidade do sistema, sem o uso de agrotóxicos. De acordo com dados da pesquisa quantitativa (2015), foi identificado o plantio de mais de 30 culturas diferentes, sendo que as principais são alface, couve e cebolinha, que dominam a produção de 70% dos produtores entrevistados, seguidas da mostarda, do almeirão e da beterraba, com 19%, 15% e 14%, respectivamente. Quanto a sua biodiversidade, registrou-se que mais de 72% dos produtores produzem pelo menos quatro culturas, além do cultivo de plantas medicinais, o que ilustra sua contribuição no abastecimento alimentar.

Tais benefícios auxiliam ainda na segurança alimentar de grande parte da população, uma vez que parte dessa produção é comprada pela própria prefeitura e destinada para as

escolas da rede pública, complementando a alimentação de mais de 23 mil estudantes em 49 escolas. No período de férias escolares, uma parte é destinada para creches e hospitais, e outra parte é vendida diretamente nas hortas, ou em feiras livres, distribuídas pela cidade.

Deve-se ressaltar também que, numa cidade em que 99% da sua população se situa na zona urbana, as hortas são distribuídas em bairros periféricos e melhoram a própria estética da cidade. A afeição ao campo como local de lazer faz parte da população, conforme aponta um dos agrônomos da prefeitura: “Ao irem até as hortas, deixam de lado a agitação, o cinza da urbanização, e entram em contato com o verde, o solo e os produtores. A interação proporciona a troca de saberes e a realização de negociações que geram um microcentro mercadológico nas hortas, proporcionando a inserção desses produtores na sociedade” (Trechos da entrevista conversacional livre, 2015).

Para João Batista da Silva, ex-técnico da prefeitura, as hortas têm também a função de proteger e conservar as áreas vazias, que são sujeitas à invasão e ao depósito de lixo e entulho, evitando, assim, problemas sociais e sanitários. Tal fato se assemelha aos expostos nos estudos de Hirata (2010), Serafim e Dias (2013), que apontam como vantagem das hortas a ocupação de terrenos públicos e utilizados para despejo de lixo.

Por fim, é interessante ressaltar que, durante a pesquisa quantitativa (2015), os resultados obtidos mostraram que, apesar dos produtores considerarem as hortas uma fonte de renda, também dão importância às relações de amizade, de lazer e de entretenimento construídas no trabalho nas hortas. Constatou-se uma satisfação enfática no trabalho, relacionada à relevância dos benefícios gerados para a sociedade, que envolvem retorno na produção de alimentos e na saúde, oriundo dos produtos orgânicos.

Questionados como avaliam o trabalho nas hortas e se indicariam a horta para um amigo, observou-se que 90% dos produtores se dizem satisfeitos e indicariam as hortas como possibilidade de trabalho. Nesse sentido, parece haver uma motivação para além da estritamente econômica, pois os produtores consideram também como relevantes os laços de amizade, as relações sociais, o que aponta para as múltiplas dimensões dos benefícios da agricultura urbana.

4.3 Limites e Desafios das Hortas Comunitárias de Sete Lagoas

Com referência aos limites e desafios a serem superados, destacam-se as semelhanças com os estudos de Hirata (2010), Leme e Pimentel (2011) no que se refere à limitação dos conhecimentos técnicos dos produtores, para lidar com os métodos de comercialização dos produtos, o combate à incidência de pragas e doenças nas culturas, a fim de melhorá-los.

Durante a pesquisa, observou-se que 49% dos produtores entrevistados registraram grandes perdas em sua produção, sendo que os principais motivos, segundo eles, foram a falta de comercialização, alegada por 32%; doenças, com 29%; falta de água, com 14%; pragas, 9,8%; e outros, com 14%.

É válido ressaltar que as doenças e pragas, muitas vezes, se perpetuam pela restrita assistência técnica de órgãos de apoio aos produtores. No caso de Sete Lagoas, se, por um lado, a grande quantidade de produtores envolvidos e de hortas comunitárias espalhadas pela cidade

ilustra a expansão do projeto, por outro, a necessidade de um quadro técnico especializado por parte da prefeitura e da Emater compromete o pleno atendimento desta realidade.

Outro agravante do manejo e comercialização agroecológico pode ser atribuído à lógica do individualismo manifesta nas relações interpessoais entre os produtores. Observou-se na pesquisa de campo que o isolamento entre os produtores e a consequente ausência de ações que corroborem para um bem coletivo, acabaram por aumentar a proliferação de pragas, devido ao manejo e trato individualizados nos canteiros.

No que se refere à comercialização, observou-se na pesquisa quantitativa (2015) que 79% dos produtores afirmaram vender individualmente, na própria horta; 24%, individualmente, a domicílio; e 20%, individualmente, em feiras livres, o que ilustra a falta de alternativas coletivas nas vendas. O mesmo cenário ainda possibilita a presença de “atravessadores”, que auxiliam na comercialização ociosa, mas distanciam o produtor do consumidor, impedindo que os associados gerenciem a própria produção de forma coletiva.

Neste mesmo sentido, um dilema encontrado nas hortas de Sete Lagoas, que corrobora a lógica individualista, trata-se da cultura assistencialista historicamente herdada. Como exemplo, durante as entrevistas, foram registrados fatos emblemáticos, como o relato de uma produtora:

Desde o prefeito X, nenhum prefeito ajudou igual a ele não. Agora a gente tem que pagar tudo, é até a associação. Até o trator que pica os canteiros pra gente, diz que é nosso, mais não é nosso nada, é da prefeitura, e a gente paga ele pra pode picar, a gente não tem nada, nada! E ainda tem as exigências, que tem que capina beirando a rua o tempo todo, porque diz que não pode deixa mato, é aquele tanto de gente cobrando.

O relato parece ilustrar uma cultura herdada na cidade, a de que, desde a fundação das hortas em parceria com os órgãos públicos, os meios para a prática da agricultura nas hortas comunitárias devem ser fornecidos paternalmente, criando uma possível herança patriarcal entre os produtores. Historicamente, as instituições de incentivo davam o que fosse necessário às famílias produtoras, para que houvesse uma boa produção nas hortas, como relata uma das produtoras entrevistadas: “Era tudo pela prefeitura, e os produtores ganhavam tudo da prefeitura, era enxada, era ferramenta, a gente não comprava nada. E de lá pra cá, piorou de mais, acabou! Lá tinha um lugar que tinha tudo que precisava de ferramenta”.

O depoimento acima também estabelece uma semelhança com os estudos teóricos de Melo e Calbino (2015), que apontam para um traço cultural de reprodução do assistencialismo, da subordinação nas hortas urbanas. Tais fatos são tão alastrados na cultura dos produtores, que, na visão de muitos, os prefeitos de perfis assistencialistas eram os melhores, como é observado no relato da seguinte produtora:

O melhor prefeito foi o X. Ele interessava pelas hortas, ele dava muita assistência, dava esterco, ele era muito bom. Eles deixavam a gente colocar irrigação por nossa conta, aqui tudo tinha irrigação, aquela mangueirinha furada. Agora os novos, eles vieram aqui e não deixaram mais não, cortou a nossa irrigação. Ninguém quer voltar pra trás, ninguém quer ficar sem água.

Os relatos históricos das hortas chamam a atenção, porque, ao mesmo tempo em que um dos primeiros prefeitos foi considerado o melhor, também foi o responsável por uma

atitude um tanto quanto contraditória: a de retirar a área da primeira horta dos produtores, a horta do bairro Manoa, como é relatado pela mesma produtora:

Ele fez foi o seguinte: ele mandou todo mundo desocupá a área, desocupo, não?! Quando foi fora de hora, ele mandô os tratores lá e revirô a terra toda, revirô tudo, acabô com tudo”. “Ele mesmo fez o projeto e ele mesmo mandô acabá com as primeiras hortas. Mandou todo mundo vir para cá, só a família Flores que desobedeceram”. “Eles tiram a gente de lá para fazer a estrada lá dentro mesmo.

Na fala de outra produtora:

O prefeito desmanchou lá porque vendeu, para fazer loteamento. Desmanchou a horta toda, acabou com tudo, desmanchou tanques, passou o trator nos canteiros na época. E para passar a avenida também, não sei quanto tempo ficou sem ter nada lá, depois de muito tempo que eles passaram a avenida.

É interessante observar que tais práticas, a longo prazo, tendem a sustentar uma cultura que restringe a construção coletiva de caminhos que visam alcançar os meios necessários para a produção. Sob a égide da cultura patriarcal, legitimam-se atos contraditórios, ou até autoritários, sob a justificativa de alguns benefícios, o que mostra como a questão cultural e solidária é uma dimensão fundamental a ser discutida no contexto das hortas comunitárias.

6 Considerações finais

O trabalho teve por objetivo central discutir, enquanto estudo de caso, os avanços e desafios das hortas comunitárias de base agroecológica no município de Sete Lagoas-MG. Para tal, recorreu-se aos dados obtidos numa pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada no ano de 2015, com os produtores locais e apoiadores de Sete Lagoas.

Neste sentido, observou-se que, sob o ponto de vista dos avanços das hortas comunitárias, os resultados da pesquisa apontaram para uma política pública exitosa, que possibilitou retornos econômicos e de geração de renda para os produtores envolvidos; o aumento do abastecimento e da segurança alimentar da região; a satisfação no trabalho e os consequentes benefícios na psique dos produtores envolvidos; a proteção e conservação das áreas antes vazias, sujeitas à invasão e ao depósito de lixo e entulho, evitando, assim, problemas sociais e sanitários.

No que se refere às suas limitações e desafios, foram colocados a necessidade de maior apoio técnico dos órgãos de apoio, para lidar com a limitação de conhecimentos técnicos dos produtores no melhoramento da comercialização dos produtos, no combate à incidência de pragas e doenças na produção; a importância do incentivo de relações interpessoais mais solidárias entre os produtores, o que, inclusive, repercute na baixa relação com a eficiência produtiva; e o combate à cultura assistencialista, historicamente herdada, que restringe os caminhos para a construção coletiva de caminhos que busquem os meios necessários para a produção.

Concluindo, apesar dos desafios lançados, sustenta-se que os resultados da pesquisa indicam que o fomento às políticas públicas de agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, apresenta-se hoje mais estratégico como investimento em sua criação e

manutenção do que em busca por outras fontes de assistência que garantam para os produtores renda, segurança alimentar e preservação ambiental nas economias locais.

Referências

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

AQUINO, A, M; ASSIS, R, L. Challenges of organic agriculture in urban and suburban areas. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

ARRUDA, J; ARRAES, N, A. Análise do programa de hortas comunitárias em Campinas-SP. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 9, n. 1, 2011.

BRYLD, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. *Agricultural and Human Values* n. 20, p. 79-86, 2003.

CAPORAL, F. R; AZEVEDO, E. O. *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: IFET, 2011.

CARVALHO, E. R. *Plantando em quarteirões: Um estudo de caso sobre a agricultura urbana em Sete Lagoas*. Monografia (Especialização)- Centro de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2006.

CARVALHO, E.; TEIXEIRA, A.; FRANÇA E. As hortas comunitárias urbanas de Sete Lagoas-MG. Congresso pan-americano de incentivo ao consumo de frutas e hortaliças para a promoção da saúde, 5, 2009. *Anais...* Brasília, 2009.

CASTELO BRANCO, M.; ALCANTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? *Horticultura Brasileira*, v. 29, n. 3, p. 421-428, 2011.

COUTINHO, M. N; COSTA, H. S.M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Revista Geografias*, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

DAMBRÓS, C; MIORIN, V. M. Contribuições à reflexão do rural no urbano: agricultura urbana. *Revista GeoNordeste*, n. 2, 2011.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

HIRATA, A. C. *et al.* Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas, SP*, v. 40, n. 1, jan., 2010.

ISTAN, L, P. *et al.* A viabilidade de hortas comunitárias como unidade geradora de renda. *Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão*, v. 3, n. 1, 2015.

LEME, M. K; PIMENTEL, A. E. Potencialidades e limitações da agricultura urbana e periurbana: análise das hortas comunitárias no município de Rio Claro/SP. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, 2011.

MAXWELL D, G. Alternative food security strategy: a household analysis or urban agriculture in Kampala. *Food Policy*, v. 23, p. 411-424, 1995.

MELO, M. A; CALBINO, P. D. Desafios da Lógica Solidária na Agroecologia. IX Congresso Brasileiro de Agroecologia. *Anais...* Belém - PA, 2015.

MOUGEOT, L. Agricultura urbana: conceito e definição. *Revista de Agricultura Urbana*, n.1, p. 5-12, 2000.

NODARI, R. O; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Estudos avançados*, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.

PAULA, A. A. *Responsabilidade Social e reflexos na marca de uma instituição bancária: O caso do projeto das hortas comunitárias de Sete Lagoas*. Dissertação (Mestrado em Administração - Faculdades Integradas Pedro Leopoldo, Minas Gerais, 2011.

ROESCH, S. M. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos*. São Paulo: Atlas, 1999.

SERAFIM, M; DIAS, R. Agricultura urbana: análise do Programa Horta Comunitária do Município de Maringá (PR). In: *Tecnologia Social e Políticas Públicas* - São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 133-151.